



Poder de Polícia Desenvolvimento Sustentável e Socioambientalismo

Cleide Calgato
Deilton Ribeiro Brasil
Magno Federici Gomes
(Orgs.)



É com muita honra que apresentamos e entregamos à comunidade acadêmica e científica o presente livro, que leva como título "PODER DE POLÍCIA, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOCIOAMBIENTALISMO" e aos demais leitores que desenvolvem gosto por sua temática. A finalidade da presente obra consiste em apresentar um consistente debate à comunidade científica com estudos, ensaios teóricos, debates conceituais sobre a temática voltada a temas relacionados com o poder de polícia, o desenvolvimento sustentável e as questões socioambientais e filosóficas. O livro não apresenta somente resultados de pesquisas, vez que nem todas se encontram concluídas, porém um proeminente intuito de conectar prática social e teoria. O grupo de pesquisadores sentiu a necessidade de juntar, numa obra, opiniões e entendimentos de investigadores de distintas instituições sobre a temática, possibilitando assim a ampliação das discussões tanto na área do Direito, da Ciências Sociais e da Filosofia, sendo que o livro articula autores de diversas Universidades do Brasil e do exterior. Destaca-se que a contribuição da presente obra significa um momento em que o conhecimento é socializado, permitindo o debate e a apresentação de possíveis soluções às problemáticas suscitadas.



Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul



Dom Helder

ESCOLA DE DIREITO



FAPEMIG

Universidade de Itaúna



**Poder de Polícia,
Desenvolvimento Sustentável
e Socioambientalismo**



FAPEMIG



FAPERGS

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul



U Universidade de Itaúna



Dom Helder

ESCOLA DE DIREITO

Poder de Polícia, Desenvolvimento Sustentável e Socioambientalismo

Organizadores:

Cleide Calgaro

Deilton Ribeiro Brasil

Magno Federici Gomes



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

CALGARO, Cleide; BRASIL, Deilton Ribeiro; GOMES, Magno Federici (Orgs.)

Poder de polícia, desenvolvimento sustentável e socioambientalismo [recurso eletrônico] / Cleide Calgare; Deilton Ribeiro Brasil; Magno Federici Gomes (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

429 p.

ISBN - 978-85-5696-607-0

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Direito; 2. Polícia; 3. desenvolvimento sustentável; 4. Socioambientalismo; 5. Socioambientalismo;
I. Título.

CDD: 340

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito 340

Cooperação como propulsora da inovação em turismo na região uva e vinho do Rio Grande do Sul, Brasil ¹

Julice Salvagni ²

Vander Valduga ³

Cristine Hermann Nodari ⁴

Introdução

Apresenta-se, por meio de uma revisão bibliográfica, uma análise histórica da Região Uva e Vinho como um arranjo turístico de inovação que se cria a partir das ações associativistas entre os produtores locais. Os principais autores que evidenciam aspectos históricos da Região Uva e Vinho (Giron, 1987, 1996, 2009; Ribeiro, 2002; Valduga, 2011), enfatizam o cooperativismo na produção vitivinícola da serra gaúcha. Além disso, estas premissas são complementadas com dados atualizados de documentos de associações ligadas ao turismo da Região Uva e Vinho (ATUASERRA, 2016; APROVALE, 2016; IBRAVIN, 2016). Por fim, estes elementos são analisados sob as teorias que tratam de alguns aspectos ligados ao associativismo (Chanial e Laville, 2009; Fischer e Tiriba, 2009) como possibilidade de inovação pelo turismo, a

¹ Artigo publicado na Revista Otra Economía (2016). Disponível em <http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2016.1019.11/5773>.

² Doutora em Sociologia; Professora Adjunto do Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

³ Doutor em Geografia; Professor do PPG em Turismo Universidade Federal do Paraná.

⁴ Doutora em Administração de Empresas; Professora da Universidade FEEVALE.

saber, na busca pela consolidação de uma outra economia, baseada na cooperação, que possa servir de vetor para o desenvolvimento local (Balestrin e Verschoore, 2008; Rigo, 2006; Thomazi, 2006).

A Região Uva e Vinho compreende 37 municípios vinculados à Associação de Turismo da Serra Nordeste (ATUASERRA), instância de governança do turismo regional vinculada ao Ministério do Turismo e responsável pela implementação de ações estatais na esfera do turismo regional. Trata-se de uma região matizada pela grande imigração europeia do final do Século XIX, com expressiva presença cultural da imigração italiana. Geograficamente, essa imigração ocupou a encosta do planalto do Rio Grande do Sul e deu origem a um tipo de sociedade diferente da brasileira do período, isto é, de pequena propriedade com mão-de-obra livre baseada no trabalho familiar e na policultura (Giron, 1996; Ribeiro, 2002). O sistema colonial previa a divisão das terras em léguas, que, por sua vez, eram separadas em travessões divididos em lotes médios de 24 a 30 hectares. Essa estrutura fundiária foi a matriz de ocupação territorial nas colônias referidas.

Ao longo do processo de adaptação reterritorialização e inserção capitalista regional, diversas ações organizacionais foram implementadas desde as primeiras décadas do século XX. Entre essas ações, esteve o desenvolvimento de cooperativas agrícolas, sobretudo vinícolas, fortemente amparadas pelo aparato estatal da época e muitas dessas cooperativas ainda estão ativas (Giron, 1987; 1996; Ribeiro, 2002). Esse aspecto é relevante para ressaltar a perspectiva associativista presente na região que se organiza em prol da divisão igualitária de terras no momento da chegada dos imigrantes. Ou seja, esta análise permite ver que a tentativa democrática de divisão agrária fomenta os arranjos associativos que acabam por consolidar-se na Região Uva e Vinho como marca de inovação.

Entende-se que a análise da organização das atividades locais, no sentido da apropriação das ações associativas específicas a uma região turística delimitada, podem fomentar diretrizes para

propagação do desenvolvimento local, gerando novas mudanças, ou seja, a inovação. O presente estudo não se propõe a identificar através de indicadores e índices o impacto do desenvolvimento econômico local com relação ao turismo, mas desdobrá-lo teoricamente. Desta forma, a partir dos pressupostos teóricos, esta pesquisa norteia a proposição para a construção de futuras intervenções aplicadas neste contexto.

1 Região Uva e Vinho: determinantes de mudança no turismo

Desde o princípio da instalação dos imigrantes italianos, o vinho assumiu protagonismo regional como produto, tanto por influência cultural/religiosa dessa massa de imigrantes quanto pelo aporte técnico estatal no fomento à atividade, com instalação de estações experimentais de viticultura, importação de mudas de videiras e importação de técnicos para capacitação desses colonos imigrantes. Em 1885 o vinho já havia se tornado o principal produto econômico dessa região, demandando atenção estatal. A partir da formação da primeira elite urbana regional, que instalou as primeiras vinícolas privadas, os vinhos dos “colonos”, feitos de maneira artesanal passaram a sofrer importante concorrência e foi necessária a organização dos agricultores para competirem com o capital privado que se estabelecia (Valduga, 2011).

Dessa maneira, segundo Giron (1987, p. 282), foi por volta de 1910 que começou o movimento cooperativista vinícola, que acabou por elevar a produção a outra escala, chegando, em 1918, a 90 milhões de litros, de acordo com Gobbato (1922). Giron (1987) assinala que a organização das cooperativas vinícolas é obra dos imigrantes italianos, mas não o movimento cooperativista no estado, que teve outras iniciativas antes, com os imigrantes alemães. No entanto, a organização em cooperativas não se deu ao acaso, foi consequência de uma crise na ruralidade ocasionada pela dependência comercial dos colonos italianos em relação aos comerciantes urbanos de vinhos e demais produtos. Entre 1911 e

1913 foram fundadas 16 cooperativas de vinho na região e numa segunda fase, entre 1929 e 1964 foram criadas outras 59, entre cooperativas de produção, consumo e crédito (Giron, 2009).

Paralelamente, era necessário mostrar a produção e exportá-la a outros mercados e, nesse sentido, assume papel central uma série de eventos agrícolas orquestrados tanto pelo Estado quanto pelos municípios da região. Esses eventos acabavam atraindo muitas pessoas para conhecerem a produção local, movimentando uma cadeia secundária de serviços, como hotelaria e restauração. Tem início assim, especialmente a partir dos anos 1930, juntamente com o primeiro grande evento da colônia, a Festa da Uva de Caxias do Sul em 1931, o turismo na região, ancorado nos pressupostos do vinho (Valduga, 2011).

De acordo com a ATUASERRA (2016), em 1950 a Região Uva e Vinho assumiu relativa independência sobre seu desenvolvimento e sobre seu ordenamento geográfico, ingressando no modo de produção capitalista moderno por meio da organização solidária e do estabelecimento de redes locais. Conforme o IBRAVIN (2016), atualmente 600 indústrias produzem vinhos finos na região e uma em quatro vinícolas (cerca de 150) atuam no segmento do enoturismo. A produção anual da região é em torno de 74 milhões de quilos de uvas e 48 milhões de litros de vinhos finos. Os municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi são os maiores produtores de uvas e de vinhos finos da região. Os investimentos no segmento enoturístico contemplam atualização de pesquisas visando à identificação, configuração e inovação dos atrativos locais e à formatação de roteiros e estratégias de marketing.

Outro elemento de protagonismo regional se deu a partir da certificação da produção vinícola com Indicação de Procedência e Denominação de Origem, ambas conquistadas pelo Vale dos Vinhedos, microrregião dentro da Região Uva e Vinho e que compreende parte dos municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul, numa área de cerca de 85km². Essa certificação,

pioneira no Brasil, se deu a partir da organização produtiva de algumas vinícolas em meados dos anos 1990 que derivou na criação da Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos (APROVALE). Paralelamente a certificação, o Vale dos Vinhedos tornou-se o principal destino do enoturismo do Brasil, recebendo em 2015, 400 mil pessoas segundo a APROVALE (2016). Na esteira da certificação do Vale dos Vinhedos, outras microrregiões se organizaram e obtiveram suas certificações, com a região de Pinto Bandeira, Monte Belo do Sul e Farroupilha, cada uma com seus produtos específicos.

Essa matriz de certificação permitiu que o Brasil evoluísse na sua produção vinculada aos aspectos territoriais e atualmente o país detém certificações para o café, cachaça, carne, entre outros produtos (INPI, 2016). Essa denominação evidencia-se como forma de fomento à associação dos trabalhadores rurais para que faça frente às grandes corporações multinacionais que estabelecem concorrência aos mesmos produtos. Ou seja, o modo de enfrentamento da concorrência com o mercado mais amplo, sob o aspecto da sua estruturação dominante, acaba sendo a própria dinâmica de cooperação associativista, até para que estes pequenos agricultores tenham mais segurança para uma perspectiva de investimentos frente à instável condição do mercado no capitalismo.

Diante do exposto, pode-se verificar que a organização social e econômica se adequou à matriz fundiária, assentada na pequena propriedade e na necessidade de agregação de valor à produção, seja pela via das cooperativas, seja pela via da inovação, nesse caso representada pela instauração das certificações territoriais da produção vinícola e pela coexistência com as cooperativas e associações, tanto de caráter público quanto privado. O turismo regional está assentado nesse modelo de produção e a proximidade advinda da comercialização direta da produção permite uma reprodução econômica de cadeia curta ao mesmo tempo em que o feedback do consumidor permite aos empreendedores estabelecer

um círculo virtuoso de inovação a partir das novas demandas apresentadas.

Sendo assim, o viés da ação associativa no trabalho da vitivinicultura carrega condições de sustentação do turismo regional, já que a região vem sendo tomada por empreendimentos multinacionais de investidores que não tem a vinculação com a cultural local. Esses elementos representados pela troca de saberes constituídos nas práticas laborais relacionadas ao espaço rural criam interações entre os sujeitos que vão além da perspectiva econômica que advém da concepção seminal dos pressupostos da inovação oriunda de um sistema capitalista (Schumpeter, 1997). Estes são alicerçados por necessidades coletivas através da participação, da cooperação e do associativismo, gerando soluções duradouras para o contexto, o que se aproxima das inovações “sociais” (Hamalainen e Heiscale, 2007). Essa conjuntura fomenta a importância de elucidar estes diferentes conceitos para a consolidação da Região Uva e Vinho como uma referência de inovação no turismo da região.

2 Trabalho e associativismo na vitivinicultura

Entende-se que a apropriação associativa do trabalho rural é ancorada aos saberes produzidos em redes de cooperação, outrora impressos em espaços urbanos, mas que nesta abordagem dá subsídios para ampliar o escopo analítico do objeto de pesquisa.

Apreende-se que os saberes da atividade associativa são produzidos nos processos de trabalho e “se caracterizam pela apropriação coletiva dos meios de produção, pela distribuição igualitária dos frutos do trabalho e pela gestão democrática das decisões quanto à utilização dos excedentes (sobras) e aos rumos da produção” (Fischer e Tiriba, 2009, p. 293). Neste sentido, as aprendizagens tanto técnicas quanto de gestão, permitem a ação de trabalhadores em um nível amadurecido, voltado para a autogestão plena, o que é diferente do desenvolvimento em nível

do trabalho assalariado, cujos padrões de liderança pensados pelas organizações capitalistas como inatos são inatingíveis (Scholz e Veronese, 2007).

Mesmo que a atualidade siga marcada pelas relações socioeconômicas capitalistas e a conseqüente intensificação da ideologia individualista (Velho, 2008), fundada pela própria subjetivação das experiências e vivências sociais, há espaços em que a ação coletiva materializa relações de solidariedade. Estes territórios de cooperação, portanto, conservam a integração dos moradores locais por meio da demanda de manter as associações de trabalho vivas. Cada cooperativa rural compactua de uma agenda de atividades realizadas à nível local ou nacional com o propósito de manter ativos os espaços de manutenção dos ideais de cooperação e acerca dos produtos ecológicos, sendo a relação destes com a identidade cultural do imigrante italiano aproximações inevitáveis. Desta forma, cada cooperativa possui a sua sistemática de trabalho, embora feiras e eventos sejam realizados conjuntamente, especialmente com o propósito de integrar diferentes produtos a serem comercializados. Antes de existir estes vínculos associativos, os trabalhadores narram a prevalência de uma produção convencional e individual, embora o escambo seja prática antiga das comunidades.

Com o advento das relações de associativismo que se estabelecem nestes empreendimentos de cooperação (e entre diferentes cooperativas), passa-se a observar o fenômeno de conscientização da exploração de trabalho e, como consequência, a ampliação da crítica à perspectiva individualizante, cuja proposta centraliza-se nos ganhos individuais e não coletivos. Cabe salientar que essas relações associativas, muitas delas centenárias, surgem a partir da pressão que os trabalhadores rurais sofrem frente aos demais empreendimentos da região, não cooperativos. Assim, a inovação dos processos de trabalho está alocada justamente na associação de forças dos trabalhadores rurais para sobreviverem em

meio a implementação de negócios por parte de investidores externos.

Desta forma, a autogestão é aqui entendida como a prática de empreendimentos associativistas (cooperativas e associações) em que a autonomia é desenvolvida por um conjunto de valores e experiências sociais de cunho democrático (Nahas, 2011). Ou seja, este modelo mantém o poder de decisão do empreendimento diluído entre todos os associados que terão de criar relações justas de encaminhar coletivamente as demandas. Ainda, a lógica de produção destas cooperativas está associada e “fundada na propriedade coletiva dos meios de produção, na gestão coletiva do processo de trabalho e na distribuição igualitária dos frutos do trabalho” (Tiriba e Fischer, 2011, p. 20), o que inclui pensar a divisão dos lucros, por exemplo.

Ou seja, é possível que toda a comunidade local comungue de uma sensação ontológica de segurança em razão das relações de solidariedade ali estabelecidas, que não só asseguram mais segurança para as tratativas comerciais, como ainda respaldam os trabalhadores em situações de crise. Neste sentido, as subjetivações das relações de trabalho que produzem invariavelmente algum grau de sofrimento sociopsicológico devem ser acolhidas quando vivenciadas coletivamente.

Traçar uma relação entre o trabalho rural e as formas de cooperação permitirá perceber como o aprendizado do associativismo substancia a própria trajetória dos sujeitos em suas atividades, além de mapear as trocas que eles estabelecem entre si e com o espaço sede das cooperativas. Assim, as dimensões de cooperação são inferidas desde as microrelações, ou no que diz respeito à rotina dos sujeito, até a contribuição para a transformação das ruralidades de toda a região. Assim, as vivências na autogestão inscrevem nos agricultores saberes e valores, como é o caso das noções de segurança e confiança, cujo limite é imensurável.

Há evidências de que a “participação associativa seria compatível com a produção ativa de apatia política, por meio, por exemplo, de uma etiqueta cívica apolítica, coletivamente elaborada” (Kerstenetzky, 2003, p. 131). Isso porque as formas de cooperação não conseguem suprir todos os efeitos das desigualdades sociais, mesmo que estas fossem vigorosamente presentes na sociedade, já que há características inerentes à política de Estado que são, no máximo, dentro do modelo vigente, aliadas com a economia neoliberal dominante. Assim, mesmo que existam “méritos próprios do associativismo, especialmente em termos de sociabilidade” (Kerstenetzky, 2003, p.132), estes estão longe de serem, em sua essência, alheios da cadeira de produção mercantil.

Contudo, estes são espaços de trabalho associativo cuja produção de saberes e valores é efetiva na direção de outra economia, pois parte dos arranjos colaborativos, em que os impactos, mesmo que locais, possam ser altamente expressivos para a qualidade de vida destas populações. Os territórios provocados pela cooperação são construídos e mantidos por sujeitos devem estar implicados individual e coletivamente na ação política a que se propõem realizar (Fischer, 2006), sendo que estas ações não devem se reduzir a um ativismo ou verbalismo.

De todo modo, além dos ganhos reais para os produtores cooperados do ponto de vista monetário, e da flexibilização dos modos de trabalho em relação as corporações capitalistas tradicionais (de vínculo assalariado), há uma construção de saberes, sentidos, sentimentos e valores, que é própria dos arranjos associativos. O que está em jogo, portanto, é “uma complexa luta daqueles e daquelas que vivem do trabalho, numa sociedade de classes, de afirmação do trabalho como experiência central da formação humana” (Franzoi e Fischer, 2009, p. 48).

Assim, a ação associativa é “impulsionada pelo sentimento de que a defesa de um bem comum supõe a ação coletiva” (Chaniel e Laville, 2009, p. 21). O que se instala nos grupos sociais locais é

fruto do associativismo em prol da construção de melhores e colaborativos espaços (reais e subjetivos) que aprimorem as condições dignas de vida. Neste sentido, as comunidades rurais estudadas mantêm um patrimônio material e imaterial que herdaram dos seus antepassados. A materialidade está na estrutura dos empreendimentos, onde o trabalho é reunido, produzido e organizado para a venda. Já a imaterialidade está nas aprendizagens que se consolidam nas reuniões, encontros e práticas de formação para o trabalho cooperado e ecológico.

Dentro desta perspectiva, “somente uma teorização que considere a solidariedade como um princípio de ação coletiva independente, distinto do agir instrumental e estratégico, tem condições de compreender a originalidade do que se expressa nas práticas associativas” (Chanial e Laville, 2009, p. 21 e 22). Essa dimensão é contemplada no campo empírico observado e é vinculada teoricamente ao que se compreende por solidariedade, a saber, entendida como “princípio de democratização societária, resultando de ações coletivas” (Laville, 2009, p. 310). As ações comuns aos grupos cooperado observados são as formas de produção e gestão compartilhada, que contam com a participação linear dos trabalhadores para as tomadas de decisão. Essa premissa os aproxima das mais variadas rotinas do empreender, o que também se diferencia das corporações tradicionais, em que o controle e a disciplina são provocados pela divisão do trabalho seriado, acelerado e alienado.

Defende-se, portanto, que as vivências sociais associativas dos trabalhadores são capazes de criar sensações coletivas de segurança por meio das representações sociais existentes nestas práticas. Impressa na vertente da psicossociologia, a teoria das representações sociais reflete “sobre como os indivíduos, os grupos, os sujeitos sociais, constroem seu conhecimento a partir da sua inscrição social, cultural etc., por um lado, e por outro, como a sociedade conhece e constrói esse conhecimento com os indivíduos” (Arruda, 2002, p. 128). Assim, as representações

sociais “se tornam capazes de influenciar o comportamento do indivíduo participante de uma coletividade” (Moscovici, 2007, p. 40), neste caso, tornando-se mais associativo e vinculado com as causas ecológicas, entre outras, em razão das ações de trabalho por ele vivenciadas.

Por um lado, o conceito de cooperação pode estar vinculado à socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista ao controle de trabalho (Harvey, 2009) quando este é usado a serviço do capital, por exemplo, no sentido da persuasão dos trabalhadores para executarem determinadas atividades em prol do grupo de trabalho. Ou outro, que é o sentido empregado neste estudo, a cooperação “indica a ação coletiva de indivíduos com o intuito de partilhar, de forma espontânea ou planejada, o trabalho necessário para a produção da vida social” (Jesus e Tiriba, 2009, p. 80).

A inclinação para o trabalho associativo, entretanto, faz emergir outra qualidade nas relações sociais. Isso acontece dado que os processos cooperativos, nos quais se “combina o trabalho de muitos trabalhadores, caracterizaria pela fusão de muitas forças em uma força social comum, o que resulta em um produto global diferente das forças individuais, mas o efeito da uma criação de uma força nova: a força social coletiva” (Jesus e Tiriba, 2009, p. 80).

Por outro lado, esse mesmo aspecto de sobrevivência gerado pelo trabalho cooperado é justamente o que vai fazer emergir a individualização nas economias tradicionais. Por motivos pessoais e de interesses particulares que se sobrepõe ao grupo, os sujeitos poderão “infringir” o modelo de cooperação afim de garantir sua sobrevivência de forma individual. Um exemplo claro desse processo inverso de cooperação-sobrevivência, se dá em meio à precariedade das vagas de trabalho ou mesmo da convivência com o desemprego. Para garantir o seu sustento (sobrevivência), o sujeito pode passar a boicotar o trabalho alheio, afim de destacar-se no grupo, mesmo que por um caminho às avessas. Estes pontos devem ser observados, portanto, na ampliação do trabalho empírico, haja vista que participar de um empreendimento

associativo e autogerido não significa dizer que se tem superada por completo os individualismos.

O trabalho cooperado pode vir a ser uma das grandes armas para suportar toda a redoma de riscos que comportam a própria noção de contemporaneidade. Nota-se, contudo, que estas descrições sobre o individualismo não ficam distantes da realidade dos trabalhadores rurais, que veem as suas rotinas perpassadas por uma construção subjetivada deste processo histórico e cultural altamente enraizado, sendo que esta cooperação quando não é voluntária, poderá ser criada e desenvolvida pelas relações sociais. (Jesus e Tiriba, 2009, p. 84).

A força social do trabalhador rural, no caso da associação pelo trabalho autogerido, tem um vasto repertório de benefícios a vida social da localidade, além de facilitar as formas de produção, o câmbio de máquinas e ferramentas para o cultivo da matéria prima, a organização de meios de comercialização dos produtos e etc. Desta forma, “ao contrário da competição, em que um trabalhador ou grupo de trabalhadores tenta maximizar as suas vantagens em detrimento dos demais, a cooperação pressupõe a coordenação do esforço coletivo para se atingirem objetivos comuns” (Jesus e Tiriba, 2009, p. 81). Assim, para o momento, é possível destacar que os arranjos autogestionáveis devem se mostrar como uma possibilidade para a sobrevivência do agricultor familiar em uma realidade de dominação da agroindústria.

3 A inovação como alternativa para o desenvolvimento local

Assim, entende-se que a riqueza dos processos de inovação está no desenvolvimento colaborativo, na socialização e utilização do conhecimento de uma forma mais intensiva de trocas de informações por diferentes atores, em um determinado contexto local, regional e nacional. Neste sentido, de acordo com Buarque (2002) o desenvolvimento local corresponde a um processo

endógeno de mudança local, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população, em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e cíclico, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, e, conseqüentemente, à inovação. Nisso a perspectiva do turismo rural se torna uma alternativa viável, e especialmente importante para regiões combatidas economicamente, pois alia a estas uma nova demanda turística com a necessidade de alternativas de reprodução econômica dos agricultores familiares.

A inovação tem recebido amplo destaque na literatura como fonte de vantagem competitiva em diferentes lócus de análise. A inovação consiste em um processo de desenvolvimento de novas tecnologias, produtos, processos e até mesmo em novos arranjos que garantam uma dinâmica diferenciada ao resultado econômico e social. Tidd et al. (2005) esclarecem que a inovação por si, e os processos de inovação, não se caracterizam como algo simples e pontual, como uma sequência de atividades, mas, sim, em um processo complexo e recursivo que ocorre em ciclos de variação determinando uma natureza, constantemente, dinâmica.

Thomazi (2006, p. 37) argumenta que “no campo do turismo, a cadeia produtiva está relacionada à estrutura que direta ou indiretamente participa da organização do produto (bem ou serviço)”. Assim, a organização dos empreendedores em arranjos constitui-se em importante fonte geradora de vantagens duradouras, principalmente quando estas são originadas das capacidades produtivas e inovadoras. No entanto, nem todas as aglomerações indicam a esse caminho. A dinâmica dos arranjos associativos não se reduz apenas à presença de certo número de pequenos negócios operando em certos níveis de proximidade espacial, a grande dificuldade encontrada é competição cooperativa, onde o clima de desconfiança muitas vezes é

identificado na rede. Outra dificuldade é a busca uma situação plena e ideal para atingir-se resultados comuns.

O maior impasse que estes grupos possuem costuma ser os escassos recursos para investir em publicidade e propaganda, pois as parcerias estabelecidas não oferecem recursos para este fim. Este processo atrasa muitas vezes o andamento das ações prejudicando o processo de comercialização do produto que visa atingir competitividade através de ações cooperadas.

Por ser inegável a enorme receita gerada pelo turismo, o que se converte em divisas e renda para todos os países e regiões que bem aproveitam o potencial existente, cabe a todos aqueles que de uma maneira ou outra possuem potencial, desenvolver este fenômeno turístico em seus municípios, por meio da responsabilidade social, visando alcançar o bem-estar, o resgate da cidadania, da preservação do meio ambiente, da história e da cultura. O conceito de Tylor sobre cultura, que é *todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade*, é preponderante na adaptação da abordagem do turismo cultural, pois ao buscar outras culturas como atrativo turístico, o que motiva é a diversidade na arte, nos costumes, nos hábitos, nas crenças (Laraia, 2009).

Ribeiro (2006), embasado em Lévi-Strauss, considera a diversidade cultural um *patrimônio*, uma fonte de inesgotável riqueza da humanidade. E é essa diversidade cultural que o turista busca também através da gastronomia, que é, incontestavelmente o retrato das diversas culturas que ali se instalaram. Este patrimônio gastronômico deste espaço da uva e vinho, está dentro do conceito de patrimônio intangível que a UNESCO introduziu em 1997, que visa proteger e divulgar “as obras coletivas que emanam de uma cultura e se baseiam na tradição” (Schlüter, 2003).

A garantia dos relacionamentos no associativismo é balizada por mecanismos sociais, que propõem regras básicas de relacionamento. Um ponto essencial neste processo de gestão é que

os ganhos gerados em conjunto pelas empresas sejam distribuídos da forma mais igualitária possível, já que no que tange à coordenação, a propriedade da associação pertence a todos os envolvidos, sem que qualquer um deles tenha, individualmente, a posse de cotas ou ações da organização. A ideia perseguida é tornar explícitos os direitos e os deveres de cada um dos associados, conservando a individualidade e, simultaneamente, buscando o comprometimento dos envolvidos. Há que se criar um equilíbrio na atuação do associativismo, para evitar qualquer tipo de privilégio ou desequilíbrios entre os associados (Balestrin e Verschoore, 2008).

Rigo (2006) destaca que o contexto local onde os indivíduos estão localizados, é preponderante para o fomento de características socioculturais da comunidade na associação e conseqüentemente para o desenvolvimento do papel das práticas associativas e de trabalho coletivo propiciando relações de confiança. Dessa forma, a articulação dos atores sociais nas ações de desenvolvimento local, cooperando são preponderantes para promover o surgimento e a acumulação de capital social entre os atores interessados. Ou seja, as interações entre os atores sociais são construídas e fundamentadas em interações cumulativas e localizadas que tendem a se autoreforçar, com o tempo, levando a constituição de um espaço econômico próprio, favorecendo o ambiente local (Nadvi, 1995).

A união e a confiança entre os atores sociais envolvidos é fundamental para o sucesso do associativismo pois se todos dependem uns dos outros, onde houver a desconfiança haverá problemas locais. A governança local, a mesma que Beni (2006) relaciona aos agentes decisórios, é preponderante para a condução de atividades no associativismo. A ação dos agentes, segundo Beni (2006, p. 64) “promoverá a mobilização social necessária para a sustentabilidade do espaço social e territorial”. Neste sentido, é possível verificar um ambiente em rede organizado para contribuições técnicas e científicas de diferentes atores que

“fomentará e apoiará esse processo de interação e integração entre a comunidade e entidades públicas e privadas, promovendo a gestão territorial participativa e resgatando o histórico de muitos processos” (Beni, 2006, p. 64). Portanto, é fundamental que esta governança local seja composta por atores sociais de todas as camadas do tecido social.

Ainda que com muitas dificuldades no processo de isenção partidária, é notória a mudança de atitudes dos atores políticos no processo; eles são obrigados a ceder espaço a seus adversários em prol do bem comum. O turismo deve ser analisado de uma maneira ampla, não muito simples de ser entendido, pois além das repercussões econômicas e financeiras, facilmente visualizadas, o turismo envolve aspectos políticos, culturais e ambientais, tornando-se uma complexa tarefa a avaliação dos seus efeitos, principalmente pelo seu caráter multidisciplinar.

Considerações finais

A região uva e vinho assumiu seu papel de protagonismo regional ancorada nos pressupostos de cooperação e competição ainda nas três primeiras décadas do século XX. Foi evidente o aporte estatal no processo de instauração do domínio territorial do vinho num complexo e amplo processo de reterritorialização de uma massa de imigrantes desterritorializados. Conflitos econômicos de ordem individual e coletiva compuseram o cenário vivenciado nas relações entre capital privado, agricultores e o cooperativismo. A emergência da associação dos elementos culturais e territoriais a pretexto do turismo permitiram a reprodução do “território do vinho” e suas práticas desde a primeira metade do século XX e tem ampliado seu escopo em outras vertentes, como os ciclos de certificações territoriais da produção, ainda que, no contexto atual, a vitivinicultura esteja sempre entre a 4^o e 5^o economias desses municípios. Portanto, a demarcação das regiões da uva e vinho tem contribuído para a

promoção de estratégias turísticas voltadas a geração de renda dos agricultores familiares. A cooperação pode ser identificada como uma importante via à inovação, a saber, a criação de outras possibilidades de inserção na economia local. Apesar de o turismo, especialmente no que tange a relação com as políticas públicas, ainda ser pouco fomentado nos espaços rurais,

Assim, as alternativas associativistas não tem sido capazes de fazer frente aos efeitos eventualmente deletérios do agronegócio, tampouco das grandes corporações que se estabelecem na região uva e vinho, contudo, são significativos os ganhos produzidos pela via da cooperação. Esta análise sugere, portanto, que as ações associativas evitam em muito a devastação e precarização do trabalhador rural, que com base nos ganhos advindos dos empreendimentos autogeridos é capaz de assegurar certa autonomia ao seu trabalho e gerar melhores condições de vida.

Enfatiza-se a ausência dos projetos de turismo efetivos e contínuos por parte da iniciativa pública, já que uma minoria destes trabalhadores tiveram condições de consolidar-se na agroindústria. O mérito do desenvolvimento da região uva e vinho, portanto, está na ação associativa. Este aspecto, por um lado, traduz um avançar das formas de trabalho cooperadas, que se diferenciam significativamente do trabalho informal, inseguro e desregulamentado, não raro vinculado com a atividade do campo. Por outro, a mencionada ausência de políticas públicas para suplementar estes processos obsoletos, sem descaracterizar o trabalho do camponês, mostra-se como uma demanda a ser considerada.

Uma questão importante a destacar, contudo, é da preocupação latente quanto ao futuro dos empreendimentos, uma vez que as novas gerações sugerem não manter a mesma vinculação com a produção rural e com o turismo que os seus antecessores. Com isso, é preciso explorar em projetos futuros como está sendo feita a transmissão dos saberes envolvidos nas ações coletivas, desde sua dimensão técnica até a compreensão

prática das formas do associativismo com suas múltiplas facetas e desafios.

No decurso destas ações associativas cabe destacar que diversas dimensões competitivas apontam essa “forma” organizacional como uma alternativa eficaz para a evolução local. Especialmente relevantes são os aspectos relativos à aprendizagem sistêmica e sistemática desses relacionamentos à inovação, que podem ser gerados no ambiente específico onde estão inseridos. O papel do associativismo, como um mecanismo difusor de informação e facilitador de socialização de conhecimento torna-se significativo no contexto de mudanças, uma vez que as atividades de inovação são, frequentemente, resultado de intensa interação em conhecimento conjunto de diferentes entes como fomentador e propulsor do desenvolvimento local.

Referências

- APROVALE. 2016. Associação de Produtores do Vale dos Vinhedos. Disponível em <https://valedosvinhedos.wordpress.com/tag/aprovale/>. Acesso: 5, Jul., 2016.
- ARRUDA, Â. 2002. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de pesquisa*, v. 117, n. 127, p. 127-147. Acessado em 23/06/16.
- ATUASERRA. 2016. Associação de Turismo da Serra Nordeste RS. Disponível em www.serragaucha.com. Acesso: 13, Ago., 2016.
- BALESTRIN, A.; VERSCHOORE, J. R. 2008. Redes de cooperação empresarial: estratégias de gestão na nova economia. Porto Alegre: Bookman. 216 p.
- BENI, M. 2002. *Análise Estrutural do Turismo*. 7ª. Edição. São Paulo: SENAC. 516 p.
- BENI, M. *Política e Planejamento de Turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph. 208 p.

- BUARQUE, C. 2002. Ignacy Sachs: o professor humanista para o século XXI. In: SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, p. 11-28.
- CHANIAL, P.; LAVILLE, J. L. 2009. Associativismo. In: A. CATTANI, (org). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo: ALMEDINA, p. 21-25.
- FISCHER, M.; TIRIBA, L. 2009. Saberes do Trabalho Associado. In: A. CATTANI, (org). *Dicionário internacional da outra economia*. São Paulo: Almedina. p. 293-298.
- FISCHER, M. 2006. Produção e legitimação de saberes no e para o trabalho e educação cooperativa. *Educação Unisinos*, v. 10, n. 2, p. 154-158. Acessado em 26/07/16.
- FISCHER, M.; TIRIBA, L. 2009. De olho no conhecimento “encarnado” sobre trabalho associado e autogestão. *Educação Unisinos*, v. 13, n. 3, p. 201-210.
- FRANZOI, N. (org). 2010. Escola, Saberes e Trabalho: a pesquisa do PROEJA no Rio Grande do Sul. *Educação & realidade*. Porto Alegre. Vol. 35, n. 1 (jan./abr. 2010), p. 167-186. Acessado em 21/06/16.
- FRANZOI, N.; FISCHER, M. 2009. Formação humana e Educação Profissional: diálogos possíveis. *Educação, Sociedade e Culturas, Porto, Portugal*. Acessado em 21/06/16.
- GOBBATO, C. 1922. Manual do viti-vinicultor brasileiro. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Escola de Engenharia. 900 p.
- GIRON, L. S. 1987. O cooperativismo vinícola gaúcho: a organização inicial. In: DE BONI, L. A. (Org.) *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST. 740 p.
- GIRON, L. S. 1996. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. In: DACANAL, J. H. GONZAGA, S. *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto. p. 47-66.
- GIRON, L. S. 2009. 80 anos de lutas 1929-2009: a Cooperativa Forqueta e o cooperativismo vitivinícola gaúcho. Porto Alegre, RS: SESCOOP/RS, 2009. 132 p.

- HAMALAINEN, T.J.; HEISCALA, R. 2007. *Social Innovations, Institutional Change and Economic Performance*. Edward Elgar: Cheltenham. 352 p.
- HARVEY, D. 2009. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola. 352 p.
- IBRAVIN. 2016. Instituto Brasileiro do Vinho. Disponível em <http://www.ibravin.org.br/>. Acesso: 2, Jul., 2016.
- INPI. 2016. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Disponível em <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>. Acesso: 13, Ago., 2016.
- JESUS, P. TIRIBA, L. 2009. Cooperação. In: A. CATTANI (org). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina. p. 80-85.
- KERSTENETZKY, C. 2003. Sobre associativismo, desigualdades e democracia. *Rev. bras. Ci, Soc.*, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 131-142, Oct. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000300008&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 04/06/16.
- LARAIA, R. B. 2009. *Cultura - Um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar. 120 p.
- LAVILLE, J. 2009. Solidariedade. In: A. CATTANI, (org). *Dicionário internacional da outra economia*. São Paulo: Almedina., p. 310-214.
- MOSCOVICI, S. 2007. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro: Vozes. 408 p.
- NADVI, K. *Industrial Clusters and Networks: case studies of SME growth and innovation*. UNIDO. October 1995. Disponível em: <www.unido.org/doc/3497> Acessado em 17/12/2015.
- NAHAS, V. Autogestão. 2011. In: A. CATTANI, (Org.). *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre: Zouk, p. 50-55.
- RIBEIRO, C. M. P.J. 2002. Festa e identidade: como se fez a festa da uva. Caxias do Sul: Educs. 279 p.
- RIBEIRO, L.G. 2006. Antropologias Mundiais - Para um novo cenário global na antropologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n.60, p. 147-185.

- RIGO, A. S. 2006. *Capital social, desenvolvimento local e stakeholders*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 187 p.
- SCHOLZ, R.; VERONESE, M. 2007. Liderança na economia solidária: o caso da cooperativa metalúrgica Cooperei. *Economia Solidária e Ação Cooperativa*, p. 01-10. Acessado em 04/06/16.
- SCHLÜTER, R. 2003. *Gastronomia e Turismo*. São Paulo: Aleph. 96 p.
- SCHUMPETER, J. A. 1997. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico*. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Nova Cultural. 237 p.
- TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVITT, K. 2005. *Managing innovation: Integrating technological, market and organizational change*, 3rd edition. John Wiley & Sons. 638 p.
- TIRIBA, L; FISCHER, M. 2011. Formação de jovens trabalhadores associados na produção da vida: questões para debate. *Cadernos de psicologia social do trabalho*, v. 14, n. 1, p. 13-29. Acessado em 21/06/16.
- THOMAZI, S. 2006. *Cluster de Turismo: Introdução ao estudo de arranjo produtivo local*. São Paulo: Aleph. 144 p.
- VALDUGA, V. 2011. *Raízes do turismo no território do vinho: Bento Gonçalves e Garibaldi-1870 a 1960 (RS/Brasil)*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 219 p.
- VELHO, G. 2008. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 152 p.